

LITERATURA PORTUGUESA NO BRASIL – UMA ESTRANGEIRA ENTRE NÓS?

*Regina Zilberman**

A *Literatura Portuguesa ocupa, do ponto de vista curricular, posição similar à da Literatura Brasileira, dispondo igualmente do mesmo número de alunos, que somam, conforme indica a contabilidade do Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão”, quase vinte mil pessoas por ano, valor invejável se se pensa no que representa em termos de disseminação de um patrimônio artístico e de consumo por um público leitor. No entanto, em decorrência de fatores ideológicos, conforme os quais a Literatura Brasileira equivale à literatura nacional, a Literatura Portuguesa é jogada para o lugar de estrangeira e concorrente. Cabe perguntar por que isso acontece, já que tal circunstância apresenta origens históricas e razões econômicas. O retrospecto pode ajudar a entender a questão e colaborar para a busca de alternativas de ação, se se quiser – ou valer a pena – que a situação seja diferente.*

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

Em 1999, compareceram ao Exame Nacional de Cursos, conhecido como “**Provão**”, 18.403 estudantes de Letras, oriundos dos 382 cursos, entre públicos e privados, existentes no país, espalhados pelas cinco regiões geográficas. O exame, obrigatório para todos os formandos do ano em questão, dirige-se tão-somente aos que recebem diploma de licenciados ou bacharéis em Línguas e Literaturas de Língua Portuguesa, pois os alunos de línguas estrangeiras ainda estão isentos dessa prova. Logo, o número de 18.403 refere-se à quantidade anual – provavelmente média – de profissionais vinculados ao conhecimento das literaturas escritas originalmente em língua portuguesa, que, para serem habilitados tanto a comparecerem à prova, quanto a receberem seu diploma, precisam apresentar em seu histórico escolar frequência e aprovação em duas disciplinas obrigatórias: Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa, cada uma delas correspondendo, via de regra, a quatro semestres de 160 horas-aula.

Do ponto de vista curricular, a Literatura Portuguesa ocupa posição similar à da Literatura Brasileira, dispondo igualmente do mesmo número de alunos, que somam, conforme indica a contabilidade do **Provão**, quase vinte mil pessoas por ano, valor invejável se se pensa no que representa em termos de disseminação de um patrimônio artístico e de consumo por um público leitor. No entanto, em decorrência de fatores ideológicos, conforme os quais a Literatura Brasileira equivale à literatura **nacional**, a Literatura Portuguesa é jogada para o lugar de **estrangeira** e concorrente, vale dizer, significa a **outra** literatura de que os letrados brasileiros desejaram, e provavelmente conseguiram, se liberar.¹

¹ Pode-se considerar o movimento, estimulado na primeira metade dos anos 80, visando à retirada de Literatura Portuguesa do currículo mínimo e obrigatório dos cursos de graduação em Letras, o ápice do processo de rejeição àquela literatura. O Ir. Elvo Clemente registrou o acontecimento em 1985: “Os anos de 1983 e 1984 notabilizaram-se pelas polêmicas levantadas no Brasil e em Portugal em torno do currículo de Letras no ensino universitário; houve muitos entusiasmos e acaloradas discussões e radicalizações. O Conselho Federal (hoje: Nacional) de Educação chegou a aprovar a proposta de currículo de Afrânio Coutinho. Com isso, o ilustre professor e historiador da Literatura da Língua Portuguesa e crítico literário celebrou-se por sua posição antilusitana (...). Teve a grande vantagem de despertar os colegas das Letras para tomarem consciência do currículo e das implicações das mudanças do mesmo para o futuro próximo e remoto. Felizmente, a ministra Esther de Figueiredo Ferraz não homologou o parecer do CFE.” [CLEMENTE, Ir. Elvo. Para que Literatura Portuguesa? *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 de janeiro de 1985, p. 4]

A poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa e climatizada no Brasil.

Domingos José Gonçalves de Magalhães²

À proclamação da Independência pelos brasileiros, entre 1822 e 1825, seguiram-se os esforços em estabilizar um Estado nacional, constituído por representantes dos grupos que haviam lutado por separar da Metrópole portuguesa o território. Acompanhou essa empreitada o empenho em conferir visibilidade a instituições políticas e manifestações culturais que pudessem expressar, de modo nítido, a seus usuários, a autonomia recentemente conquistada. Mais que qualquer outra modalidade artística, competiu à literatura exercer o papel de avalista da independência, desde que passasse atestado de nacionalidade brasileira.

Pode-se perguntar por que se atribuiu à literatura essa função, pois as condições culturais não recomendavam: predominava a escravidão de negros; mesmo entre a população branca grassava o analfabetismo, e a imprensa tinha sido proibida até 1808, ano em que o Príncipe Regente, D. João, transferiu a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, proibição que obrigou os poucos escritores nascidos na colônia a disputar, no Velho Mundo, os prelos portugueses. Além disso, faltavam escolas, sendo que a expulsão dos jesuítas, no século XVIII, durante a administração pombalina, responsáveis pelo sistema de ensino mais eficiente do período colonial, fragilizara ainda mais o organização educacional na América lusitana.

Aparentemente os intelectuais brasileiros, que se tornaram adultos durante o movimento separatista e colaboraram para sua efetivação, não enxergaram os problemas, preferindo acompanhar a tendência romântica de seu tempo, atribuindo à literatura - em especial, à ficção histórica - a tarefa de representar a nação, fixada por meio da manifestação da *cor local*, emanada da natureza e de heróis capazes de sintetizar a nacionalidade emergente. Os obstáculos que apareceram, impedindo ou dificultando a concretização do projeto, foram debitados na conta dos portugueses, cujo processo de ocupação do território foi julgado responsável pelas mazelas experimentadas contemporaneamente pelos letrados da época.

Um antilusitanismo veemente emergiu nos primeiros anos da Independência, acirrando-se na década de 30 do século XIX, logo após a abdicação de D. Pedro I, cuja administração foi considerada personalista, tirâni-

² MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. Estudo preliminar". In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações*. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS. V. 5, n. 2, agosto de 1999, p. 34. Publicado originalmente em: Niterói - Revista Brasiliense. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

ca e contrária aos interesses brasileiros, e depois, durante vigência do regime regencial, bastante conturbado e incapaz de dominar o governo de modo centralizador, conforme esperava a elite na Corte carioca.

Sintomático do sentimento antilusitano é a exposição que Francisco Torres Homem faz em Paris, aos membros do Instituto Histórico que recepcionavam a ele e a mais outros dois futuros líderes do Romantismo no Brasil, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto Alegre. Sua fala sintetiza a história do Brasil encarada sob o jugo colonial, destacando a ausência de um projeto cultural por parte dos ocupantes, falta responsável pelo atraso existente e pela carência de instituições científicas na nova nação:

“Imaginai”, disse o Sr. Torres, membro da segunda classe, “uma nação obrigada a permanecer imóvel em todos os elementos da humanidade e se absorver profundamente na unidade de um despotismo sistematicamente opressor; compreendereis qual deve ter sido o estado das ciências no Brasil durante três séculos... De uma extremidade a outra deste vasto continente, nenhuma academia, nenhuma instituição literária”.³

Dois anos depois, ao abrir o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, publicado no número inaugural de *Niterói*, periódico a que se atribui a fundação da estética romântica entre nós, Gonçalves de Magalhães, companheiro de Torres Homem quando da recepção junto ao Instituto Histórico de Paris, bate na mesma tecla:

O Brasil, descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade. Mesquinhas intenções políticas, por não avançar outra coisa, leis absurdas e iníquas ditavam que o progresso da civilização e da indústria entorpeciam. Os melhores gênios em flor morriam, faltos deste orvalho protetor, que os desabrocha; um ferrete ignominioso de desaprovação, na frente gravado do brasileiro, indigno o tornava de altos e civis empregos. (...) Que Deus nos preserve de lançar o opróbrio sobre ninguém. Era então um sistema

³ Resumo da história da literatura, das ciências e das artes no Brasil. Por três brasileiros, membros do Instituto Histórico. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações*. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS. V. 5, n. 2, agosto de 1999, p. 11. Publicado originalmente no Journal do Instituto Histórico de Paris, em 1834.

de fundar colônias com homens destinados ao patíbulo; era basear uma nação nascente sobre todos os gêneros de vícios, e crimes; é ainda por um sistema igual que nós reservamos para defensores da Pátria, para sustentáculos dos nossos direitos e guardas das nossas cidades os homens mais ignóbeis, corrompidos pela devassidão.⁴

O Bosquejo histórico, político e literário do Brasil, do General José Inácio de Abreu e Lima, é contemporâneo das manifestações dos componentes do grupo Niterói, pois a obra data de 1835. O autor, contudo, trilhou trajetória diversa dos intelectuais cariocas que, nos primeiros anos da década de 30, se encontravam em Paris: filho de um revolucionário, o Padre Roma, líder da insurreição pernambucana de 1817, Abreu e Lima combateu com Simon Bolívar pela independência hispano-americana e só retornou à terra natal após a queda de Pedro I, a quem acabou por admirar. Nem por isso sua obra adota perspectiva favorável aos portugueses; pelo contrário, depois de arrolar dados relativos à cultura brasileira de seu tempo, conclui:

Pela série de fatos e de doutrinas, que temos enunciado, poderemos deduzir as seguintes conseqüências, recapitulando tudo quanto até agora temos dito:

1º. Que sendo nós outros descendentes dos portugueses, nos achamos por esta causa muito mais *atrasados* em conhecimentos do que os nossos conterrâneos, e somos por isso mesmo o *povo mais ignorante do continente americano*.⁵

O antiluitanismo das primeiras décadas que se seguiram à Independência pode ser creditado às seqüelas do movimento separatista e da rejeição de que Pedro I foi objeto, depois de se distanciar politicamente de figuras do porte de José Bonifácio. Durante o Segundo Reinado, quando imperou Pedro II, diminuiu à primeira vista o sentimento de rejeição, se se toma como paradigma o romance de José de Alencar, que colocou heróicos indígenas e formosas donzelas nativas aos pés de portugueses como respectivamente D. Antônio de Mariz, em *O guarani*, e Martim Soares Moreno,

⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. Estudo preliminar. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice (Org.). Op. cit., p. 31-32.

⁵ LIMA, José Inácio de Abreu e. Nosso estado intelectual. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice (Org.). Op. cit., p. 25. Publicado originalmente em: LIMA, José Inácio de Abreu e. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp., 1835.

em *Iracema*.

A impressão, contudo, engana: a rejeição mudou de lugar, deslocando-se para o âmbito escolar e o comércio livreiro. Os livros portugueses mantinham cativo o mercado nacional, onde circulavam com familiaridade obras publicadas em Lisboa ou no Porto e destinadas aos estudantes brasileiros. Muitos anos depois de Torres Homem, Gonçalves de Magalhães e Abreu e Lima, José Veríssimo bradava contra o manual que ele considerava estrangeiro, mas que, na realidade, provinha de Portugal:

São muitos os escritores estrangeiros que traduzidos, transladados ou, quando muito, servilmente imitados, fazem a educação da nossa mocidade.

Seja-me permitida uma recordação pessoal. Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portugueses e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li. O *Manual enciclopédico* de Monteverde, a *Vida de D. João de Castro* de Jacinto Freire (!), os *Lusíadas* de Camões, e mais tarde, no Colégio de Pedro II, o primeiro estabelecimento de instrução secundária do país, as seletas portuguesas de Aulete, os *Ornamentos da memória* de Roquete - foram os livros em que recebi a primeira instrução. E assim foi sem dúvida para toda a minha geração.

Acanhadíssimas são as melhorias desse triste estado de cousas, e ainda hoje a maioria dos livros de leitura, se não são estrangeiros pela origem, são-no pelo espírito. Os nossos livros de excertos é aos autores portugueses que os vão buscar, e a autores cuja clássica e hoje quase obsoleta linguagem o nosso mal amanhado preparatoriano de português mal percebe. São os Fr. Luís de Sousas, os Lucenas, os Bernardes, os Fernão Mendes e todo o classicismo português que lemos nas nossas classes da língua, que aliás começa a tomar nos programas o nome de língua nacional. Pois, se pretende, a meu ver erradamente, começar o estudo da língua pelos clássicos, autores brasileiros, tratando coisas brasileiras, não poderão fornecer relevantes passagens? E Santa Rita Durão, e Caldas, e Basílio da Gama, e os poetas da gloriosa escola mineira, e entre os modernos João Lisboa, Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Machado de Assis e Franklin Távora, e ainda outros, não têm páginas que, sem serem clássicas, re-

⁶ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 4-8.

sistiriam à crítica do mais metuculoso purista?⁶

José Veríssimo explicita a clivagem: autores portugueses são estrangeiros, a língua nacional deve ser representada na escola por escritores nascidos no território brasileiro. Os manuais didáticos precisam ser refeitos para atender a essa exigência.

Não é, contudo, o que acontece na segunda metade do século XIX, período citado pelo crítico paraense: desde a alfabetização, os brasileiros são consumidores de livros didáticos provenientes de Portugal e constituem, aos olhos da ex-Metrópole, mercado atraente e lucrativo. A trajetória de Antônio Feliciano de Castilho no Brasil exemplifica o que acontece: autor de método de alfabetização revolucionário, o da “leitura repentina”, empenha-se na conquista do público ultramarino, a quem dedica a edição de 1857 de seu livro, depois de visitar o país em 1855.

O método é adotado oficialmente em 1854 na Bahia, cujo Presidente da Província cita, no Relatório anual, as providências para aperfeiçoar professores, enviando-os a Portugal:

Não seria também improdutiva a despesa que se fizesse com um dos nossos hábeis professores públicos ou particulares que fosse a Portugal estudar o método de leitura repentina do distinto literato Antônio Feliciano de Castilho.⁷

A oportunidade de aperfeiçoamento decorreria da passagem pelo Brasil, em missão pedagógica, do poeta romântico, estada registrada por Brito Broca: Castilho “*visitaria o Brasil daí a dois anos, numa permanência de cinco meses, a fim de divulgar o seu método de leitura*”.⁸ O político baiano descreve a importância de se aderir às técnicas propugnadas pelo escritor:

Felizmente o sr. Antônio Castilho resolveu-se a vir ao Brasil e pretende abrir na Corte um curso de seu sistema que durará de março a maio. Aproveitando tão favorável ocasião nomeei o professor Felipe Alberto para estudá-lo, com o que ter-se-á de fazer uma despesa de 800\$000, quantia insignificante em relação à grandeza do fim; conto com a aprovação deste ato pelo poder legislativo.⁹

⁷ MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. Subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936, v. 2, p. 95.

⁸ BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. Vida literária e Romantismo brasileiro. Brasília: Instituto Nacional do Livro; São Paulo: Polis, 1979, p. 290.

⁹ MOACYR, Primitivo. Op. cit., v. 2, p. 97.

O professor citado parece ter sido altamente convincente, pois mesmo Abílio César Borges, o futuro Barão de Macaúbas e modelo da personagem Aristarco Argolo de Ramos, do romance *O Ateneu*, de Raul Pompéia, tornou-se, conforme pesquisa de Primitivo Moacyr, “um convertido ao método novo de leitura depois de uma visita à escola do professor Felipe José Alberto.”¹⁰

Não menos empenhado na sedução do público escolar brasileiro foi João de Deus, poeta que propôs nova técnica alfabetizadora na *Cartilha maternal*, de 1876. O autor, em 1879, manifesta-se interessado em que suas obras sejam oficialmente adotadas nas escolas brasileiras, o que deu certo, porque outro relatório, dirigido ao Presidente da Província do Espírito Santo, H. M. Inglês de Sousa, e redigido por Antônio da Silva Jardim, conforme a folha de rosto da obra “*contratado pelo Exmo. Governo Provincial para propagar o mesmo método nesta província, em 18 de julho de 1882*”,¹¹ dá conta do sucesso do empreendimento junto às jovens professoras da região.

Os brasileiros, contudo, revoltavam-se contra a primazia conferida aos manuais provenientes do Exterior, argumentando que nossos escritores eram igualmente capazes - e até melhores - de elaborar textos de teor didático. Um terceiro relatório, este de Gonçalves Dias, dirigido ao Imperador, após a inspeção feita nas escolas nordestinas, verbaliza a insatisfação nacional. Apontando para as dificuldades decorrentes da falta de compêndios didáticos, denuncia igualmente a marginalização experimentada pelos professores locais, pois favorecem-se gramáticos como Monteverde, citado por José Veríssimo, e são preteridas as obras dos baianos Felipe Alberto e Gentil, os mesmos que estudaram o método de Castilho às custas da Província baiana:

Um dos defeitos, é a falta de compêndios: no interior porque os não há, nas capitais porque não há escolha, ou foi mal feita; porque a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades. Voltando ainda a Bahia, foram ali os compêndios de Monteverde, com injúria e prejuízo dos escritores brasileiros superiores de muito ao autor português: estão admitidos somente estes: a gramática, aritmética e moral de Monteverde, o catecismo de Fleury, e a caligrafia de

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 113.

¹¹ JARDIM, Antônio da Silva. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Presidente da Província do Espírito Santo Dr. H. M. Inglês de Sousa sobre a história e resultado da propaganda do método de leitura João de Deus*. Vitória: Tipografia da “Província”, 1882.

Vanzeller, de que se não poderão litografar exemplares. (...) Em último lugar foi injusta para com os professores, autores da Bahia; que, segundo ele, “levarão sempre em mira o lucro, e nunca a sua capacidade literária”. Não mereciam tão acre censura aqueles que levados por um estímulo digno de louvor confeccionavam compêndios sobre que recaísse algum dia a atenção do Conselho, que os devera favorecer; foi injusto, dando preferência à gramática de Monteverde, quando as há melhores na Bahia, e não uma, senão algumas, a de Martezão, a de Felipe Alberto e a de Gentil; há tão boas gramáticas como a de Monteverde, e em igualdade de circunstâncias era justiça premiar o nobre esforço desses autores em vez de os injuriar, além de os desfavorecer. Resultou que a gramática de Monteverde é adotada nas escolas para exercícios de leitura, e pessimamente; porque a impressão, como de outras, dizia o Conselho, está cheia de vergonhosos e grosseiros erros.¹²

A preferência tinha, por sua vez, uma razão de ser: os livros europeus custavam menos que os brasileiros. F. Conceição, autor do ensaio “Os livros e a tarifa das alfândegas”, põe o problema à tona, informando que, enquanto que o texto, editado e impresso no estrangeiro, paga 100 réis ao quilo, quando importado, o papel “*simplesmente liso, para escrever*”, mas onde “*também se imprimem muitas obras, é despachado por uma taxa superior, isto é, a 160 rs*”.¹³ A prática, de mais de vinte anos, confere à obra impressa fora do país um valor inferior a seu preço real, tornando o livro estrangeiro mais barato que o nacional. Para se comparar, os livros brasileiros, na época, não custavam menos de mil réis, chegando facilmente a dois ou três mil réis.¹⁴

Conceição justifica o objetivo dessa medida: semelhante “*disposição aduaneira*” facilitaria “*às classes menos favorecidas da fortuna a aquisição dos livros necessários aos seus estudos*”; o problema é que ela prejudica “*outros interesses de não menor valor*”, a saber:

- “*o atraso do progresso moral e material do país, cujo desenvolvimento, como em todas as nações civilizadas, deve ser aferido pelas suas obras escritas e monumentais*”;

¹² DIAS, Antônio Gonçalves. “Relatório a D. Pedro II, de 1852”. Reproduzido in: MOACYR, Primitivo. Op. cit., v. 2, p. 525 - 526.

¹³ CONCEIÇÃO, F. “Os livros e a tarifa das alfândegas”. *Revista Brasileira*. Ano I, Tomo 1, 1879, p. 607 - 611.

¹⁴ Cf. LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. “Remuneração do trabalho intelectual no Brasil (1820 - 1930)”. In: _____. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

- o encarecimento dos livros e o conseqüente prejuízo da instrução pública, dada a dificuldade para aquisição das obras;
- o retardamento do processo de industrialização.

O prejuízo é observado igualmente no âmbito da literatura:

- os escritores não podem profissionalizar-se, porque, publicadas poucas obras, caras e de circulação trabalhosa, haja vista a concorrência com o livro estrangeiro, árduo se torna “*exercer uma profissão exclusiva, porque dela só resultaria a miséria para os indivíduos que a seguissem e para as suas famílias*”;
- as “*letras e as artes gráficas do país*” não progridem;
- “*a nossa literatura não tem caráter nacional*”; o autor justifica a condenação: “*não temos diante dos olhos senão modelos estrangeiros, escritos em língua que não é nossa, o que faz com que (quem não concordará?) pareça que os brasileiros têm perdido o sabor do idioma com que foram acalentados nos seios de suas mães.*”

Ao examinar as conseqüências da política aduaneira adotada durante o período imperial, F. Conceição parece colocar o dedo na ferida: a carência do tão decantado “*caráter nacional*”, pesquisado arduamente pelos românticos desde as primeiras manifestações de Gonçalves de Magalhães até, pelo menos, a década quando o ensaísta redige seu ensaio, deve-se à proliferação de livros forasteiros na cultura nacional: afinal, “*por toda a parte onde se ensina, nos colégios, nas academias, nas aulas públicas ou particulares, os compêndios são estrangeiros!*” Além disso, a “*arte tipográfica, bem como todas as que com ela marcham juntas*”, não ultrapassa a condição “*rasteira e improdutiva*”, predominando o “*monopólio estrangeiro*”.

O que F. Conceição não diz, mas que se poderia acrescentar, é o que se constatou antes: o mercado era deveras atraente, não apenas para os autores de manuais didáticos, como para os escritores portugueses, que não descuidavam de seus leitores brasileiros. Camilo Castelo Branco, por exemplo, expressa em carta de 1889 o projeto de publicação do volume *Nas trevas*, contendo sonetos e formando “*um livrinho que se possa vender por 240 réis ou por qualquer outra quantia que o meu amigo entender conveniente*”, e registra igualmente a tiragem desejada:

Tiragem: 2.000 exemplares: 500 para aí, 500 para Lisboa e 1000 para o Brasil, que tenciono fazer lá vender com a intervenção do Visconde de S. Salvador de Matosinhos.¹⁵

¹⁵ *DOIS ANOS NA AGONIA*. Cartas de Camilo e de Ana Plácido a Freitas Fortuna. Prefácio e notas de Júlio Dias da Costa. Lisboa: Guimarães, 1930, p.143.

No ano anterior, Eça de Queirós lança *Os Maias* na imprensa carioca e tranqüiliza o editor português, afirmando que a publicação no Brasil colaborará para o avanço do tratado relativo aos direitos autorais entre os dois países:

A publicação de 'Maias' na *Cidade do Rio* não deve vos aborrecer: conto aproveitar a ocasião para renovar no Brasil a questão da Propriedade Literária sob um novo ponto de vista.¹⁶

A observação de Eça de Queirós, então residindo em Paris, a seu editor em Portugal, aponta para outro ângulo das relações literárias entre Brasil e Portugal durante o século XIX. Desde a década de 30, os livros portugueses vinham sendo pirateados pelas tipografias do Rio de Janeiro principalmente, fazendo de Almeida Garrett uma de suas primeiras vítimas. No prefácio à segunda e à terceira edição de *Camões*, o poeta já se queixa das “*contrafeições brasileiras*” que “*reproduziram as primeiras edições desta assim como de outras obras do autor*”.¹⁷ As reedições do poema datam respectivamente de 1839 e 1844, mas a pirataria já corria solta no Rio de Janeiro de 1838, conforme informa Teófilo Braga.¹⁸ Garrett, naturalmente, se opunha a esse comércio espúrio, porque tais produtos “*impedem o [consumo] da América*.”¹⁹

Camilo igualmente denuncia as contrafações brasileiras, de que é exemplar o caso de *O condenado*, drama que, conforme acusações, ele teria vendido simultaneamente a dois editores, um português e outro, carioca. O romancista apela ao depoimento de José Gomes Monteiro, gerente da livraria Moré, para fazer sua defesa, cujas palavras reproduz em seu libelo:

O que afoitamente posso asseverar é que nas muitas transações comerciais que temos tido, encontrei sempre em V. a maior franqueza e inexcedível proibidade. Não é por isso verdade que V. depois de me haver vendido a propriedade do drama *O Condenado* o tivesse subrepticamente vendido também a outra casa editora. É verdade que deste drama se veio a fazer no Rio de Janeiro uma contrafação, mas tenho completa certeza de que V. fica inteiramente alheio a esta fraude, que a falta de um tratado com o Brasil infelizmente autoriza. V. fica autorizado a fazer desta minha carta o uso que lhe convier. – Sou, como sempre, de V., – etc.
*José Gomes Monteiro. – Porto, 25 de Julho de 1874.*²⁰

¹⁶ CARTAS DE EÇA DE QUEIROZ AOS SEUS EDITORES GENELIOUX E LUGAN. 1887 a 1894. Apresentadas por Marcelo Caetano. SP: Panorama, 1961, p. 37.

¹⁷ GARRETT, Almeida. Na Segunda Edição. In: ____. *Obras*. Porto: Lello, 1966, v. II, p. 294.

¹⁸ BRAGA, Teófilo. *Garrett e os Dramas Românticos*. Porto: Lello & Irmãos, 1905.

¹⁹ GARRETT, Almeida. Na Terceira Edição. In: ____. *Obras*. Porto: Lello, 1966, v. II, p. 295.

²⁰ CABRAL, Alexandre. *Polêmicas de Camilo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981, v. V, p. 171 – 197.

O problema decorria da falta de legislação apropriada: Portugal aprovava a lei relativa ao reconhecimento da propriedade literária em 1851, graças à movimentação política de Almeida Garrett, que, tão logo obteve esse resultado, tratou de providenciar no estabelecimento de tratados internacionais que assegurassem os direitos dos autores portugueses fora do território nacional. Entre 1851 e 1880, foram assinados tratados com franceses, espanhóis e belgas, mas, até 1889, o Estado monárquico brasileiro relutava em reconhecer a propriedade artística e literária, apoiando-se o Imperador nas teses de Alexandre Herculano para rejeitar a idéia.²¹ Essa situação não convinha aos portugueses, o que motivou, por exemplo, a reação de Manuel Pinheiro Chagas, autor do panfleto *A propriedade literária*, Carta a Sua Majestade o Imperador do Brasil, em que denuncia o prejuízo sofrido por dramaturgos como ele, que não tinham acesso a qualquer recompensa financeira resultante do sucesso nos palcos do Rio de Janeiro de sua peça teatral, *Morgadinha de Val Flor*.²²

Pinheiro Chagas adverte que a ausência de legislação adequada prejudica os dois lados, pois o autor português mostra-se mais barato que o brasileiro, já que este cobraria seus serviços, e o outro não pode fazê-lo. Ainda que dispusessem de um mercado cativo, os lusitanos perdiam dinheiro; e os nacionais não tinham acesso a qualquer pagamento, porque preteridos. Os diferentes ângulos da questão apontam para um mesmo problema: o baixo preço do produto estrangeiro comprometia a produção nacional, e esta reagia, rejeitando ou desvalorizando o concorrente que a superava em vendas.

A luta e a competição foram, de novo, travadas nos bancos escolares: disputavam-se leituras e preferências de gosto, e ainda uma vez consideraram-se indesejados os lusitanos. A vítima da vez foi Camões.

A presença de Camões e dos clássicos portugueses marca a aprendizagem dos escritores, que relembram ora positiva, ora negativamente a influência sofrida. Assim, às restrições que escritores portugueses inspiravam a alguns autores brasileiros, em virtude de suas manobras pela conquista de gorda fatia do raro mercado disponível para o livro didático, somam-se as carrancudas e não poucas vezes literalmente dolorosas lembranças dos primeiros contatos com *as armas e os barões assinalados*...

²¹ Cf. REBELLO, Luiz Francisco. *Garrett, Herculano e a propriedade literária*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Sociedade Portuguesa de Autores, 1999.

²² CHAGAS, Manuel Pinheiro. *A propriedade literária*. Carta a Sua Majestade o Imperador do Brasil. Porto e Braga: Ernesto Chardron, 1879.

Graça Aranha, educado no final do século XIX, lembra: “*os clássicos portugueses não me interessaram profundamente. Achava divertidas as anedotas de Manoel Bernardes. De Camões, só Inês de Castro me agradava. O resto muito cacete.*”²³

Mais veemente é Graciliano Ramos, que associa Camões ao livro didático, em particular os assinados pelo já mencionado Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, rejeitando a ambos:

Foi por esse tempo que me inflingiram Camões no manuscrito. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados - e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. (...) Deus me perdoe. Abominei Camões. E ao Barão de Macaúbas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também, decerto.²⁴

Na mesma geração, outro nordestino, o poeta Ascenso Ferreira, elege o bardo português sinônimo do autoritarismo escolar e álibi para seu desinteresse pela aprendizagem na escola:

A ESCOLA que eu freqüentava era cheia de grades como as prisões.
E o meu mestre carrancudo como um Dicionário;
complicado como as Matemáticas;
inacessível como OS LUSÍADAS de Camões!
À sua porta eu estacava sempre hesitante...
De um lado a vida... – A minha adorável vida de criança:
Pinhões... Papagaios... Carreiras ao sol...
Vãos de trapézio à sombra da mangueira!
Saltos de ingazeira pra dentro do rio...
Jogos de castanhas...
– O meu engenho de barro de fazer mel!
Do outro lado, aquela tortura:
“As armas e os barões assinalados!”²⁵

Testemunho mais recente provém de Lêdo Ivo, que relembra Camões de modo amargo, registrando tê-lo detestado na juventude e só mais tarde vindo a admirar o poeta, ao qual fora iniciado numa edição expurgada dos episódios mais sensuais, provavelmente a de Macaúbas, a mesma consumida por seu conterrâneo algoano, Graciliano Ramos:

²³ ARANHA, Graça. *O meu próprio romance*. São Paulo: Nacional, 1931, p. 62 - 64.

²⁴ RAMOS, Graciliano. *Infância*. 7. ed. São Paulo: Martins, s. d, p. 144.

²⁵ FERREIRA, Ascenso. *Catimbó*. Recife: Oficinas da “Revista do Norte”, 1927.

No ensino de português e literatura, imperava uma edição expurgada d' *Os Lusíadas*. Éramos todos intimados a descobrir a oração principal em certas estrofes camoneanas - e de forma tão ameaçadora que, só muitos anos depois, tendo já publicado o meu primeiro livro de versos, foi que me atrevi a me aproximar do maior poema de nossa língua. Antes, ele era para mim mais temível que o próprio Adamastor...²⁶

Lêdo Ivo, na maturidade e agora escritor, tem oportunidade de rever seus preconceitos e modificar suas convicções, o que nem sempre ocorre com outros autores, muito menos com os estudantes, mesmo depois de adultos. Os que se dirigem às Letras, por sua vez, deparam-se até hoje com outra matriz de distanciamento, razão suficiente para separar o corpo literário brasileiro do português - a história da literatura.

A Universidade brasileira nasceu logo após a proclamação da independência nacional, tendo sido criados, em 1827, cursos jurídicos em São Paulo e Olinda (este depois transferido para Recife). Ao longo do século XIX, algumas outras faculdades apareceram, como as de Medicina, no Rio de Janeiro e Salvador, e a Politécnica, igualmente na Corte. A literatura era ensinada nos colégios, como o de Pedro II, que preparavam para a educação superior; quando se organizaram os primeiros cursos de Letras, seguiu-se o modelo de aprendizagem consolidado nessas escolas de segundo grau.

Ali, os programas de ensino apoiavam-se sobre duas vigas-mestras: de um lado, a Retórica e a Poética, de passado ilustre, já que suas origens remontavam à Antigüidade greco-romana; de outro, a recentemente estabelecida História da Literatura. Manuais de Retórica e Poética podiam ser traduzidos, como o de Hugo Blair (*Lições de retórica e belas letras*, de 1783), ou adaptados, como o do português Francisco Freire de Carvalho, *Lições elementares de eloquência nacional*, produzido a partir do modelo do tratado inglês.²⁷ Mas histórias da literatura precisavam ser elaboradas desde a estaca zero, projeto que envolveu a geração romântica e se estendeu até a consolidação da crítica científica praticada por Sílvio Romero, responsável por uma *História da literatura brasileira*, publicada em 1888 e considerada a primeira do gênero no país.

Até então cabia contentar-se com os manuais didáticos, como os que Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Francisco Sotero dos Reis redigiram, respectivamente, *Curso elementar de literatura nacional*, de 1862

²⁶ IVO, Lêdo. *Confissões de um poeta*. 2. ed. São Paulo: Global, 1985, p. 165.

²⁷ Sobre a influência de Blair sobre Carvalho, cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* (Momentos decisivos). 2. ed. revista. São Paulo: Martins, 1964, v. 2, p. 340.

(depois transformado no *Resumo de história literária*, de 1873), e *Curso de literatura brasileira e portuguesa*, lançado entre 1866 e 1873. Como o nome das obras sugere, elas se pautam pela constituição de um cânone, o da literatura nacional; mas, para alcançá-lo, era preciso percorrer a trajetória da tradição portuguesa, em que estava enxertada a brasileira. A observação de Lêdo Ivo - de que, enquanto aluno, ele chegou "*a abrigar a convicção de que a literatura brasileira não passava de um acidente colonial, algo epigonal e dispensável*"²⁸ - é representativa do papel secundário experimentado pela nossa literatura diante do paradigma lusitano, motivando reações adversas.

Por essas e outras razões, as histórias da literatura desde então elaboradas no Brasil elegem como matéria inicial de exposição a delimitação de seu objeto, separando o âmbito nacional e o "estrangeiro", a saber, a literatura portuguesa; depois, tratam de definir a "nacionalidade" dessa literatura, verificando que traços a particularizam diante da tradição européia, em especial, da lusitana. A preocupação que levava Gonçalves de Magalhães, na aurora do Romantismo, a redigir seu "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil", em 1836, a saber:

Aplicando-nos agora especialmente ao Brasil; as primeiras questões, que se nos apresentam são: qual é a origem de sua literatura? Qual seu progresso, seu caráter, que fases tem tido? Quais os que a cultivaram, e as circunstâncias, que em diferentes tempos favoreceram, ou tolheram seu florescimento? Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do Brasil depois de seu descobrimento, daí pedindo conta à história, e à tradição viva dos homens do como se passaram as coisas, seguindo a marcha do desenvolvimento intelectual, e pesquisando o espírito que a presidia, poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro histórico da nossa literatura.²⁹

é a mesma que ainda está presente tanto em pesquisadores do começo, quanto do final do século XX.

Assim, José Veríssimo abre sua *História da literatura brasileira*, de 1916, postulando de modo radical e definitivo a singularidade de seu objeto e a diferença em relação à literatura portuguesa:

²⁸ IVO, Lêdo. Op. cit., p. 165.

²⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. Estudo preliminar. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice (Org.). Op. cit., p. 30.

A literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política.³⁰

Poucas páginas adiante, ele estabelece a periodização da história literária calcado no pressuposto autonomista: “*As duas únicas divisões que legitimamente se podem fazer no desenvolvimento da literatura brasileira, são, pois, as mesmas da nossa história como povo: período colonial e período nacional*” (p. 6). A afirmação marca a divisa e relega os intercâmbios entre Brasil e Portugal à marginalidade dos estudos literários, cuja tarefa passa a ser registrar os traços de identidade nacional dos autores nascidos no Brasil após a independência política.

Da sua parte, mesmo uma publicação recente, como a *História da literatura brasileira*, de Luciana Stegagno Picchio, lançada em 1997, funda a investigação na conceituação do “*estilo brasileiro*”, que conferiria distinção e individualidade às criações produzidas no país:

Tendo como ponto de partida o momento em que o Brasil, ocupado pelos portugueses, se torna país de língua portuguesa, o nosso trabalho procura caracterizar internamente esta literatura de expressão portuguesa, como tradição estilística autônoma, jogo de tensões no interior de uma estrutura auto-suficiente. A convicção básica é de que só a procura e descrição de um individual ‘estilo brasileiro’, presente de forma mais ou menos intensa em todos os níveis da estrutura, pode ajudar-nos a superar a dicotomia época colonial-época autônoma que os próprios brasileiros quase sempre adotaram como eixo de todos os seus discursos sobre a literatura nacional.³¹

Desde os manuais de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, o ensino da literatura, que migrou dos colégios para as universidades e voltou para a escola secundária, funda-se na perspectiva historiográfica, e esta proclama, de um lado, o imbricamento, nos seus começos, da produção literária nacional ao patrimônio português e, de outro, sua paulatina liberação e até supe-

³⁰ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963, p. 3.

³¹ PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 21.

ração. Após a ruptura, o reatamento dos laços fica quase impossível, a não ser que se pule, rejeite ou ignore uma tradição já centenária.

A literatura portuguesa é jogada para a condição do *outro* de que se deseja libertar, como se as amarras coloniais, que persistem no campo econômico, embora não sejam mais os mesmos países que manobrem os cordões, pudessem ser rompidas ao menos no âmbito cultural. O pressuposto pode ser equivocado, mas persiste, e, enquanto ele se mantiver, a *estrangeiridade* da literatura produzida em Portugal continuará vigorando, separando o que talvez pudesse estar junto para o benefício de ambos.